



ANANSI

Revista de Filosofia, Salvador.
Universidade do Estado da Bahia
ISSN: 2675-8385

Análise, linguagem e pensamento: anotações sobre uma intuição originária de Gottlob Frege

*Analysis, language and thought: notes on an
originary intuition of Gottlob Frege*

João Carlos Salles ¹

Resumo

A formação em filosofia leva-nos amiúde à leitura de grandes obras do pensamento, não para recensear um conjunto de ideias soltas, mas sim para lhes recuperar a trama constitutiva. Assim, a leitura torna-se propriamente filosófica, de sorte que, por meio dela, somos convidados a um diálogo, sendo provocados pela letra do texto clássico cujo sentido procuramos restabelecer e talvez ultrapassar. Este artigo apresenta, então, um desses possíveis convites, a saber, um programa de leitura a obra de Gottlob Frege a ser desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática. O texto antecipa linhas de força características da singular análise da linguagem realizada por Frege, tematizando, em específico, a oposição entre linguagem ordinária e o projeto de uma conceitografia. Como o convite para uma festa não substitui a própria festa, procuramos no texto tão só enfatizar ou fazer notar alguns aspectos, sobretudo de estilo, não pretendendo, por conseguinte, substituir a leitura futura dos textos nem controlar suas possibilidades e eventuais surpresas.

Palavras-Chave: Gottlob Frege, Linguagem, Intuição.

Abstract

Training in philosophy often leads us to read great works of thought, not to list a set of loose ideas, but rather to recover their constitutive plot. Thus, reading becomes properly philosophical, so that, through it, we are invited to a dialogue, being provoked by the letter of the classic text whose meaning we seek to reestablish and perhaps overcome. This article therefore presents one of these possible invitations, namely, a program for reading the work of Gottlob Frege to be developed by the Empirism, Phenomenology and Grammar Studies and Research Group. The text anticipates lines of force characteristic of the unique analysis of language carried out by Frege, specifically thematizing the opposition between ordinary language and the project of a conceptography. As the invitation to a party does not replace the party itself, we have tried in the text only to emphasize or point out some aspects, especially of style, not intending, therefore, to replace the future reading of the texts nor to control their possibilities and eventual surprises.

Keywords: Gottlob Frege, Language, Intuition.

¹ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, com pesquisa apoiada pelo CNPq e pela CAPES. E-mail: jcsalles@gmail.com

Apresentação

Fazer filosofia é, em grande medida, aprender a ler e a escrever. Ler, é claro, com atenção ao todo e ao detalhe, ao argumento e suas circunstâncias, à letra e ao espírito do texto, devendo o leitor assim ser capaz de sopesar cada palavra e talvez de recompor e mesmo reviver a trama do pensamento. Escrever, é claro, com precisão e rigor argumentativo, procurando a expressão adequada a cada tema, sem o tornar mais obscuro nem lhe desconhecer o que comportar dificuldades peculiares. Fazer filosofia é, por esse caminho, participar de um grande diálogo, exercitando também um modo de articular ideias e de justificar proposições por meio de outras proposições. Em suma, é ler e escrever sim, mas filosoficamente.

Um tal exercício, sobretudo em atividades de formação, não deve se perder em detalhes mezinhos ou em sofisticações condenadas ao efêmero e à irrelevância. É sensato, então, cultivar um diálogo com os clássicos e, na medida do possível, reconhecer traços mais duradouros inclusive em autores contemporâneos. Estas anotações, acreditamos, fazem parte desse esforço de formação. Elas convidam a um trabalho de exegese e discussão filosófica de textos clássicos da filosofia da linguagem e devem ser compreendidas como breves notas introdutórias a um programa de leitura elaborado especialmente para o Grupo de Estudos e Pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática – em atividade (mais ou menos regular) há mais de vinte anos, acolhendo principalmente alunos de graduação ou pós-graduação em filosofia.

Tal programa de leitura, que pretendemos desenvolver em 2024, voltar-se-á inicialmente à obra de Gottlob Frege – no caso, a um conjunto de seus artigos (“O Pensamento”, “A Negação”, “Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia”, “Função e Conceito”, “Sobre o Conceito e o Objeto”, “Sobre o Sentido e a Referência”, entre outros) e a seu livro *Os Fundamentos da Aritmética: Uma investigação lógico-matemática sobre o conceito de número* –, devendo avançar depois, provavelmente, por Ludwig Wittgenstein e J. L. Austin. As notas, cabe repetir, são breves e introdutórias. Elas sugerem mais do que procuram argumentar, ou seja, pretendem ser apenas sugestivas do que será detalhado e debatido no próprio exercício da leitura; procuram apenas enfatizar ou fazer notar alguns aspectos, sobretudo de estilo, não pretendendo, por conseguinte, substituir a leitura futura nem controlar suas possibilidades e eventuais surpresas.

Decomposição

Aprendemos a decifrar uma tapeçaria pelas costas, pelo modo como os nós são dados em seu verso ou podem ser desfeitos. Da mesma forma, se queremos entender como opera um pensador e não apenas conhecer as posições que acaso sustenta, devemos nos voltar também às imagens e intuições que o guiam, às regras que segue ao relacionar e defender suas posições. Dirigimo-nos, então, ao que pretende dizer, mas também ao que invariavelmente esconde, aos vestígios de seu trabalho com o texto, antes de nos apresentar seus argumentos e resultados. Em suma, é preciso procurar sinais de seu estilo, de seu modo de organizar a experiência a que se dirige, em sua oficina e com os materiais que nos apresenta.

É preciso, portanto, acompanhar o artesão em seu trabalho de análise da linguagem. O material em Frege, porém, é a própria linguagem, tomada como lugar do erro e da possibilidade de demonstração, condenada ao uso de sinais, uma vez que necessários para pensar, mas também liberta por estes, à semelhança de como se pode usar o vento para navegar contra o vento. (Cf. FREGE, 2009, p. 60.) A escolha dos sinais é então essencial, bem como sua devida análise.

Analisar é decompor, é quebrar estruturas que, estando inteiras, esconderiam a forma da linguagem e as condições de expressão do pensamento. Uma imagem, então, é aqui característica – a de que, ao se dividirem dois pedaços, o ponto de quebra precisa ser também seu ponto de articulação e, assim, o todo não se decompõe quer em unidades todas elas completas, saturadas, quer em unidades todas elas insaturadas. É preciso que, tendo uma estrutura, o todo (uma sentença ou um argumento, um nome composto ou uma proposição complexa) se divida em uma parte saturada e outra insaturada; logo, em argumento e função, em objeto e conceito.

A imagem é forte. Pode ter inspiração e fonte originária em analogias empíricas, mas essas podem ser, além de sedutoras, bastante especiosas. Imaginemos uma barra de chocolate que queiramos dividir. Nós a quebramos ao meio. As duas partes agora divididas guardam sua inteireza e podem ser reunidas, se for o caso, sem perda significativa, desprezadas as migalhas empíricas que podem se perder pela quebra.

Não é assim que Frege pensa a divisão de um contínuo. Nesse caso, entre cada ponto, não há espaços vazios, que serviriam à divisão. Logicamente, afirma, a divisão se dará em um ponto (mesmo que o saibamos inextenso). Se ela se dá em um ponto, esse ponto não poderá estar nos dois lados da reta dividida, como seus limites, caso em que ele se teria duplicado; nem poderá deixar de estar em um dos lados, caso em que teria sumido. Logo, contra toda evidência empírica, contra toda nossa experiência com a quebra de barras de chocolate ou pedaços quaisquer, caso seja quebrada, analisada ou decomposta uma reta, uma sua parte

estará inteira, delimitada, enquanto a outra estará em aberto, incompleta, sem referência, insaturada.

As duas partes, antes unidas, não são similares. Nenhum microscópio, mesmo o mais acurado microscópio eletrônico, lhes detectará a diferença física. Frege, todavia, não precisa da visão para as saber heterogêneas. De um lado, um todo completo em si mesmo (como um número, que tem referência); de outro, dele apartada e dele carente, a expressão da função, incompleta e insaturada.² Estar completo, nesse caso, nada tem de trivial. Caso incompleta uma expressão, ela não tem referência. Não sabemos a que número se refere a expressão funcional “ $2x$ ”, assim como não sabemos qual cidade é indicada pela expressão “a capital de x ”. Tampouco sabemos a que se refere a equação funcional “ $2x > 3$ ”. Completadas, porém, as expressões pelos respectivos argumentos 1, Minas Gerais e 2, elas passam a nomear algo, com o que teríamos automaticamente as suas referências, os objetos “2”, “Belo Horizonte” e (pasmem!) o “verdadeiro”.

Aceitemos, agora, a verdade dessa intuição originária. Ao se dividir uma reta:



Não teríamos algo assim:



Nem assim:



Mas sim:



E isso sim seria decompor, analisar, fazer ver a estrutura que importa formalmente, no caso, a divisão entre função e argumento, cuja conjugação possibilita a expressão de pensamentos, ou seja, de todos/nomes, por meio de seu sentido, podem dirigir-se a suas

² “Isto pode ser comparado com a divisão de uma reta num ponto. Fica-se inclinado a incluir o ponto de divisão em ambas as semirretas. Mas caso se queira fazer a divisão de maneira rigorosa, de modo a não contar nada duas vezes e nem deixar nada de fora, tem-se que incluir o ponto de divisão em apenas uma das semirretas. Essa semirreta se tornará inteiramente fechada em si mesma e pode ser comparada ao argumento, enquanto que à outra semirreta faltará alguma coisa: o ponto de divisão, que poderia ser denominado de seu ponto terminal, não lhe pertence. Somente completando-a com esse ponto terminal, ou com uma reta com dois pontos terminais, obtém-se algo completo.” (FREGE, 2009, p.86)

respectivas referências. E o simples, se pensado logicamente à luz dessa intuição, será sempre o que resiste a qualquer decomposição e, por isso, sequer poderia ser definido.

Aceitemos, pois, a intuição inspiradora, que está na origem de várias soluções e invenções características da filosofia de Frege, inclusive de sua Conceitografia. Poderíamos decerto pensar situações em que analogias concorrentes se apresentassem, e estas talvez se mostrassem mais adequadas à condição de ideia inspiradora dos processos de análise das estruturas significativas da linguagem. Poderíamos, por exemplo, admitir situações em que o ponto de articulação não seja um espaço cujo preenchimento seja sugerido pela função. Porém, mesmo aceitando esse modelo um tanto dogmático de análise, não temos nenhuma garantia de que a linguagem, composta de sentenças diversas, venha a se comportar como tais retas em decomposição. Assim, talvez nem toda conta bata, nem toda divisão conserve claramente a distinção aqui cristalina entre funções e argumentos.

Vale notar que, por conta dessa separação clara entre o que é conceito e o que é objeto, a singular notação simbólica de Frege aponta sua mais forte razão de ser, qual seja, separar visualmente linguagem e mundo, servindo-se para tanto da dimensão bidimensional da página. O olhar controlaria melhor os passos lógicos, vendo-os simultaneamente, à diferença da linearidade sequencial antes própria da audição. Como nos foi mostrado com elegância por Oswaldo Chateaubriand, essa singular notação tem sim a vantagem de favorecer o tratamento separado de sujeito, lógica e ontologia.

Teremos oportunidade de, em nosso grupo de estudos, lhe analisar melhor a forma, que, de resto, nunca teve muito sucesso entre os lógicos, nem logrou substituir as notações unidimensionais. Teremos a oportunidade de ver (e ver aqui diz tudo) como nela se separam sujeito, linguagem e mundo (força ilocutória subjetiva, estrutura formal objetiva e conteúdo proposicional), de sorte que sua disposição espacial favorecerá uma inspeção pelo olhar.

Com os olhos, agarraríamos o que na representação simbólica teria importância lógica, sendo esta objetiva e independente tanto do que ocorre no mundo quanto dos traços psicológicos de quem o enuncia. Também é fácil reconhecer em sua forma o estímulo natural a três campos de pesquisa que, a seguir a lição de Frege, não deveriam ser confundidos, a saber, uma pragmática da enunciação, uma análise da sintaxe lógica e uma semântica. Tomadas como disciplinas distintas, poderíamos ter uma redução da semântica à produção controlável do verdadeiro, e também uma redução de danos na pragmática da enunciação, que não poderia prestar serviço adequado, quando a estimação do aspecto lógico precisar ocorrer “nas partes mais abstratas da ciência”. (FREGE, 2009, p. 59.)

Como um corpo regido por mutações naturais, a linguagem não costuma satisfazer toda exigência formal, mesmo a que parece a mais lógica. E Frege cuida ele mesmo de explicar as múltiplas situações excepcionais, nas quais a expressão do pensamento (caso

cuidemos de seu movimento em direção à referência) afasta-se dessa imagem. Ou seja, não basta aceitar a analogia ou ser comandado por ela. É preciso fazer a analogia operar e, através dela, mostrar sua distância da linguagem efetiva em relação aos casos corretos, bem como as razões da imperfeição sistemática da linguagem. A linguagem, porém, como veremos em um segundo momento, não se distancia nem se aproxima sem método, sem um padrão reconhecível. Ela é sempre cheia de nós pelas costas.

Composição

Partes decompostas não se recompõem de qualquer jeito. Aqui, algumas distinções são necessárias. Expressões funcionais, uma vez saturadas por partes completas (ou seja, por nomes), apresentariam suas referências. Entretanto, só as podem apresentar, digamos assim, se a parte insaturada e a saturada puderem ser colocadas lado a lado. Tomemos as seguintes expressões funcionais: “ $2x$ ” e “capital de x ”. Com todo sentido, Frege preferiria indicar visualmente o ponto da insaturação com o uso de parênteses. Anotemos, então: “ $2()$ ” e “capital de $()$ ”. Ora, no ponto de insaturação, precisamos ter uma expressão saturada, ou o vazio persistirá e, com ele, a indeterminação, sem que saibamos para onde a expressão aponta.

Se, em sequência, colocamos na primeira expressão os “nomes” 2, 3 e 4, a expressão passará a representar os “objetos” 4, 6 e 8, respectivamente. Os “nomes” aí necessários são números. No caso da segunda expressão, se colocarmos no ponto de saturação os “nomes” de Grécia, Itália e França, teremos a representação de Atenas, Roma e Paris, respectivamente. Expressões funcionais, uma vez saturadas, podem ser assim nomes de objetos quaisquer, empíricos ou ideais. Nada teremos, porém, se o campo de variação for ilícito, ou seja, se for de outra ordem, com uma extensão incompatível com o que estaria compreendido na função. Simplesmente, não saberíamos para onde apontar com “2 Grécia” ou com “a capital de 4”. O campo de variação de expressões funcionais está em aberto, mas não é um vazio indeterminado. De modo um tanto paradoxal, a licitude da aplicação depende da compreensão da função, que, por sua feita, coincide com a extensão possível de casos – ou seja, um círculo semântico que talvez só tenha solução no campo da prática.

Podemos extrair aqui outras lições importantes para a ligação entre a linguagem e o mundo. Nenhum sinal poderia ter referência sem estar completo e, no caso, estar completa a expressão equivale também a carregar consigo seu contexto, as condições de seu fechamento. Essa lição analítica lembra-nos também que fazer filosofia não é mero trabalho com a linguagem. A análise não é satisfatória se mera análise de palavras, não se fazendo ao arrepio das tentativas de representação.

Tomemos então uma função proposicional, como exemplo de insaturação de outro nível: “() é um cidadão ateniense”. Como no caso das expressões funcionais, não é qualquer coisa que pode ocupar esse espaço. Assim, não teriam sentido as expressões: “2 é um cidadão ateniense” ou também “O Partenon é um cidadão ateniense”. Esse vazio, portanto, não pode estar por qualquer coisa, mas sim por um fulano, um sicrano ou um beltrano, em suma, por um alguém a quem se possa aplicar a noção de cidadania e ademais de cidadania ateniense – o que não é por si óbvio, mas que deveria, segundo Frege, estar completamente determinado em cada momento de sua aplicação.

Desse modo, à imagem da análise como separação entre uma parte insaturada e uma parte saturada, associa-se em Frege outra imagem, a saber, a de que um conceito sem fronteiras precisas não seria sequer um conceito. O conceito, sendo um verdadeiro conceito, demarcaria sua própria extensão e não o contrário. Para usar uma imagem que José Arthur Giannotti empregava com alguma teatralidade didática, o conceito, estando bem definido, funcionaria como uma espécie de farol, que iluminaria os objetos por ele subsumidos. O conceito de cidadania ateniense, para ser um conceito, precisaria estar bem definido em cada emprego. Sabemos que não se aplicava antes a mulheres, que não podiam participar das decisões da pólis, e talvez continue a não se aplicar a nascidos ou nascidas fora de Atenas. Suas fronteiras, todavia, estariam determinadas em cada aplicação, mesmo variando com o tempo, de sorte que, sem ambiguidades, em cada aplicação, haveria critério preciso para saber se um objeto cai ou não sob o conceito.

Entretanto, nos casos em que a aplicação pode ser significativa, uma função proposicional distingue-se por completo das expressões funcionais. Uma vez saturada, uma função proposicional, qualquer que seja seu sentido, passa a ser o nome de dois objetos singularíssimos. Assim, a expressão “2 ()”, podendo ser saturada, por exemplo, pela classe dos números naturais, apontaria para um número infinito de objetos. Dependendo de variáveis demarcações políticas de estados e governos, a expressão “a capital de ()” apontaria para um número finito de cidades. Entretanto, a função “2 () = 4”, podendo também ser saturada pela classe inteira dos números naturais, apontaria tão somente para dois objetos. Apontaria tão só para o verdadeiro, caso saturada pelo número 2, ou para o falso, em todas as demais situações. E esse é um resultado deveras extraordinário e singular.

As consequências são extravagantes e, todavia, poderosíssimas. Por exemplo, “2 + 2 = 4” e “Sócrates foi um cidadão ateniense” têm essencialmente a mesma referência, sendo ambas as proposições nomes do verdadeiro. Por outro lado, “2 + 2 = 5” e “A Lua é um satélite artificial da Terra” são nomes do falso. Em sendo assim, com independência de seu “conteúdo”, ou melhor, do modo como se dirigem aos objetos que nomeiam, as proposições podem ser colocadas em linha de conta, podem participar todas de um cálculo, no qual tão somente importe e possa ser prefigurada essa estrita variação bivalente.

Com isso, como bem podemos ver, passa a ter grande força operacional um resultado de uma análise relativa ao sentido da identidade de expressões. Uma igualdade, afinal, estabelece uma função proposicional que, uma vez saturada, aponta para o verdadeiro ou para o falso. Entretanto, para tanto, é preciso estabelecer o que pode estar sendo reconhecido como idêntico, o que enfim está sendo igualado.

Um tratamento adequado da igualdade, de modo que ela possa ser considerada significativa e, a seu modo, informativa, deve poder afastar uma trivialidade e um absurdo. Deve afastar a trivialidade contida em “ $a = a$ ”, que, com bastante razão, Wittgenstein julgará depois não passível de ser enunciada, uma vez que suposta na própria enunciação desses sinais. Ou seja, cada parte da equação precisa antes ser reconhecida como igual a si mesma, em um regresso infinito. Por outro lado, deve afastar o absurdo contido na afirmação “ $a = b$ ”, que expressaria uma cabal contradição no emprego de sinais distintos.

A solução de Frege, também poderosa, traz duas consequências. É preciso distinguir em que aspectos dois nomes ou duas proposições podem ser igualadas, de modo que a afirmação da igualdade não seja trivial nem absurda. No caso, podem ser diferentes no modo como dizem, sendo iguais, todavia, naquilo que dizem ou deixam ver. Os sentidos das expressões igualadas precisam ser diferentes, ou nada diríamos, mas elas devem poder apontar diferentemente para o mesmo, ou tampouco diríamos algo, uma vez patente a diferença entre os objetos jungidos. É célebre, nesse particular, a análise da proposição “a estrela matutina é a estrela vespertina”, que nada tem de trivial, uma vez que sua verdade depende de observação astronômica, mas que, não obstante, também é verdadeira, uma vez que ambas as expressões, “estrela matutina” e “estrela vespertina”, são apenas modos distintos de apresentação do mesmo objeto, a saber, o planeta Vênus.

Outra consequência deveras extraordinária dessa análise inédita da igualdade entre proposições está em ela poder afastar a ideia de que seriam proposições sintéticas a priori equações da matemática como “ $7 + 5 = 12$ ”, contrariando-se assim a célebre leitura kantiana. Para Kant, o conceito de 12 não estaria contido nos conceitos de “7”, “5” e “+”, de sorte que o entendimento precisaria como que sair de si mesmo e, servindo-se do acesso à sensibilidade, encontrar a razão da identidade entre as expressões. Aqui, a solução parece cristalina. Não há síntese, pois seriam sim analíticas as expressões, sendo, contudo, informativa sua identidade. (Cf. FREGE, 2021.)

Não é pouco, ademais, o que se pode extrair de uma visão específica dos modos de articulação significativa da linguagem. Munidos de distinções assim sutis entre sinais, sentidos e referências, muita poeira se dissolve e mesmo o aparentemente confuso na linguagem ordinária deixa-se ver. Caso digamos “A estrela matutina está visível às 18 horas”, não estamos enunciando uma mera contradição, pela qual o modo de apresentação

compromete a referência. Ao contrário, se apontamos, às 18 horas, para o céu e dizemos “Olhe ali a estrela matutina”, estamos informando algo que ultrapassa a nomeação original, estabelecendo que a estrela matutina é a estrela vespertina, ou seja, estamos trazendo conhecimento. Tampouco comprometemos a estrutura da proposição (e mesmo informamos algo sobre ela), se dissermos “O conceito *cavalo* não é um conceito”, pois nesse caso estamos sinalizando que ele ocupa a posição de objeto que cai sobre a noção de objeto. Afinal, o conceito cavalo não é um conceito, nem é um cavalo, mas sim um objeto. Por sua feita, na frase “O conceito *cavalo* é um objeto”, *objeto* aí é um conceito.

Linguagem conceitográfica e linguagem ordinária

Vale enfatizar e detalhar mais as razões da relevância de uma das consequências acima mencionadas: Proposições seriam nomes do verdadeiro ou do falso. Esse o caminho próprio de Frege para resolver um dilema clássico, o paradoxo do sofista, sem cuja solução a lógica não pode lograr suficiente independência. (Cf. LOPES DOS SANTOS, 2001.) Com a solução de Frege, podemos dizer, estão preparadas as condições para que, ainda com mais clareza, a lógica se distinga ela mesma das ciências. Estas se voltam, pois, à procura de verdades, enquanto a lógica tem por objeto o verdadeiro.

Assim como a palavra "belo" assinala o objeto da estética e "bem" assinala o objeto da ética, assim também a palavra "verdadeiro" assinala o objeto da lógica. De fato, todas as ciências têm a verdade como meta, mas a lógica ocupa-se dela de forma bem diferente. Ela está para a verdade aproximadamente como a física está para o peso ou o calor. Descobrir verdades é a tarefa de todas as ciências: cabe a lógica, porém, discernir as leis do ser verdadeiro (*Wahrsein*). (FREGE, 2002, p. 11.)

A lógica cuida das leis do ser verdadeiro. Em sendo assim, não coincide com a procura de verdades que, entretanto, supõe. E, também por isso, deve independe de recurso a algum arranjo contingente, sobretudo quando o ser verdadeiro leva o pensamento para além das fronteiras do imediatamente sensível, a campos os mais afastados da experiência. A estimação do ser verdadeiro deve poder se dar no ambiente mais rarefeito, sem qualquer pedra de toque empírica que lhe estabeleça a correção e lhe garanta a preservação da verdade.

Outra não é a razão profunda de se preferir uma linguagem conceitográfica – uma linguagem que, exibindo a própria forma, desnudada em sua estrutura, obedeceria em cada passo toda e cada lei lógica e denunciaria ela própria qualquer infração, sem precisar (e mesmo sem poder) recorrer ao conteúdo das proposições relacionadas. Não que Frege considere uma linguagem formal superior à linguagem ordinária, sendo esta tão mais versátil e rica em efeitos e em seduções. Em condições normais, ele jamais preferiria a ridigiz

de um martelo à flexibilidade de suas mãos, nem a potência de um microscópio à versatilidade do olho humano. Entretanto, no que se refere à estimação pura e simples do ser verdadeiro, a fixidez de uma linguagem artificial estaria mais que justificada, como o emprego de uma ferramenta para uma tarefa particular e específica. Assim, a opção por uma estrutura estritamente referencial é clara. (Cf. FREGE, 2009, p. 46 e p. 62.)

As leis do ser verdadeiro seriam, pois, objetivas e solicitariam uma ciência da lógica, à diferença das leis do parecer verdadeiro, que dependem, por sua feita, de um sujeito e se mostram afeitas a uma psicologia. Se a força da enunciação é condição necessária à lógica, porquanto transforma um conteúdo ideado em um conteúdo afirmado, como se lançasse uma flecha em direção a um alvo, toda tarefa consiste em ver as leis também universais dessa mesma afirmação, de sorte que o autor das afirmações judicativas não as reduza a circunstâncias contingentes, variáveis e individuais. Afinal de contas, se a lógica não pode prescindir de uma força ilocutória, tampouco se reduz a esta, uma vez que o trabalho do pensamento, no que tem de conteúdo objetivo, ultrapassa a consciência de qualquer sujeito, como se comportasse a possibilidade de ser a consciência mensurável e comum de muitos. (Cf. LOPES DOS SANTOS, 2008, p. 94)

O lugar da lógica é a pesquisa do ser verdadeiro. Apenas como uma consequência de tal pesquisa, apresenta-se a necessidade de uma linguagem que não “padeça” das virtudes da linguagem ordinária, mas cuja elaboração depende também de uma reflexão sobre o modo como, na linguagem ordinária, ordens conceituais distintas se estabelecem – por exemplo, de como se opõem sistematicamente conceito e objeto, que podem assumir as formas particulares de função e argumento de função.

Fracassado ou não, o projeto de uma conceitografia deixou um legado de análises semânticas, com impacto próprio na filosofia. Além desse saldo semântico, que é talvez o mais persistente, estariam para Frege entre as muitas razões gerais e específicas que justificariam uma Conceitografia: (1) a capacidade de afastar por sua própria escrita a confusão entre termos categoriais de ordem distinta; (2) a preservação da univocidade dos conceitos; (3) a coincidência entre sua correção gramatical e sua correção lógica, de sorte que a lógica não funcionaria como um fio de prumo externo à linguagem, mas como uma regra de sua composição possível; (4) a exibição necessária de todos os passos da demonstração, bem como de todos os pressupostos, estando abolida toda e qualquer lacuna, com independência de qualquer atenção do sujeito; (5) a vantagem adicional de contar com a bidimensionalidade da página, talvez fazendo enfim justiça à intuição filosófica antiga de que nossos olhos seriam mais filosóficos do que nossos ouvidos. (Cf. FREGE, 2009, p. 59-66.)

Tão rica análise da linguagem, porém, tanto em seus aspectos semânticos quanto sintáticos, logo se revela insuficiente. Com efeito, em meio a esse extraordinário labor, o

tecido fino da filosofia analítica foi urdido, mesmo sendo logo contrariado por tudo e mais um pouco – como veremos em nosso trabalho de leitura, a partir das críticas de Wittgenstein e Austin. As razões para a recusa das posições de Frege começam já no ataque tipicamente wittgensteiniano ao essencialismo envolvido na determinação de um conceito. É afinal de se questionar que, em cada tempo de sua aplicação e, sobretudo, com independência desta, as fronteiras dos conceitos estejam mesmo bem estabelecidas e haja um sentido determinado para a palavra “bispo” ou a palavra “azul” ou mesmo para a noção de “adição”, de sorte que a gramática dos termos pudesse anteciper todas as suas possíveis aplicações. Também, será preciso questionar a relevância filosófica de tamanha redução da caixa de ferramentas da linguagem a um só instrumento e logo a uma função bastante reduzida. (Cf. WITTGENSTEIN, 2009.)

Outras frentes de ataque são bem conhecidas. Por exemplo, o ataque direto de Russell à própria Conceitografia como um projeto logicista de redução da matemática à lógica, tendo Russell apontado uma contradição interna à própria elaboração lógica de Frege que a condenaria a paradoxos e contrassensos. Outra frente de ataque, não mais comprometida com o logicismo, pode ser encontrada na obra de J. L. Austin, que aliás traduzira belamente *Os Fundamentos da Aritmética*. Em seu texto “Performatif-Constatif”, por exemplo, Austin parece confrontar em cada detalhe o movimento de constituição e justificação de uma Conceitografia e mesmo sua essencial perspectiva referencialista. Desse modo, restabelece as virtudes múltiplas dos aspectos performativos da linguagem, capazes mesmo de subsumir os aspectos constativos e de, com isso, oferecer-nos uma oposta vindicação da linguagem ordinária. (Cf. AUSTIN, 1962.)

Teremos então a oportunidade de analisar, também em detalhe e no contexto da obra de Austin, uma reação elaborada do ponto de vista da própria linguagem ordinária, sendo esta tomada como o ambiente natural e mais propício para a reflexão filosófica, de sorte que seria mesmo de duvidar que uma conceitografia pudesse ter sobre ela qualquer preferência, mesmo provisória, ou pudesse se sustentar sem a fecundidade das elocuições que lhe originaram a possibilidade. E, em sendo assim, tendo Austin razão, deveríamos carregar para nossos grupos de estudo não mais enciclopédias, tratados ou manuais de lógica, mas sim bons dicionários, ricos em exemplos de usos os mais correntes e sutilmente divergentes das palavras de nossa linguagem ordinária.

Nota adicional sobre Frege

Uma imagem forte costuma acompanhar a leitura dos grandes pensadores. Tendemos a julgar que virtudes intelectuais tão elevadas não podem conviver com vícios detestáveis. Com vícios sim, mas não com aqueles detestáveis. Essa imagem talvez nos sirva como um

consolo, uma vez que o dia a dia da vida acadêmica está longe de distinguir a vida em ambientes de filosofia de outros nos quais suportávamos autorizadas relações mais selvagens. Um consolo, portanto, que nos permitiria, no convívio abstrato dessas grandes personalidades, escapar à “internecine academic strife”.

No caso de Frege, uma aura de santidade e devoção o acompanhava. Seus extraordinários feitos intelectuais, que, por exemplo, no campo da lógica, nos levariam a compará-lo a Aristóteles. Suas “obras grandiosas”, como Wittgenstein, sem qualquer concessão, a elas se referia. Sua atitude digna e de todo rara, reconhecendo imediata e publicamente que Russell tinha razão ao apontar um erro deveras devastador em sua obra mais robusta. O fato de esse trabalho gigantesco ter escapado ao olhar de seus colegas de universidade, que lhe recusaram o prêmio de um relógio ao tempo de sua aposentaria, por julgarem sua obra irrelevante. Seu trato com Wittgenstein, a quem sugeriu que fosse estudar com Russell, por julgar que não tinha mais condições para orientá-lo. Sua importância, enfim, para tantos outros grandes pensadores (como Husserl e Hilbert). Tudo isso parecia revestir sua vida de uma sacralidade sacerdotal, que o colocaria muito acima das mesquinharias do seu tempo.

Podemos bem imaginar a dor de Michael Dummett, seu mais destacado comentador e autor de obras monumentais sobre Frege, ao se defrontar com documentos que, inequivocamente, faziam atribuir a Frege, ao menos no final de sua vida, bem mais que meras inclinações conservadoras. Seus diários de 1924 documentam claras simpatias pelo nazismo e declarações antissemitas (“a virulent racist, specifically an anti-semite”, DUMMETT, 1973, p. xi), com todos os laivos desairosos das trevas daquele tempo. Seu trabalho, com certeza, não pode ser desconsiderado. A elegância, a profundidade e a precisão de seus textos continuam sendo formadoras e incontornáveis para quantos se dedicam à filosofia contemporânea, em especial, à filosofia da linguagem. Esses traços, porém, acrescentam para nós uma lição amarga e nos quebram decerto mais uma ilusão.

Referências

AUSTIN, J. L. “Performatif-Constatif”, in *Cahiers de Royaumont, Philosophie No. IV, La Philosophie Analytique*, Paris: Les Editions de Minuit, 1962.

DUMMETT, Michael. **Frege: Philosophy of Language**. Londres: Harper & Row, 1973.

FREGE, G. **Investigações Lógicas**. Porto Alegre: Edipucrs, Tradução de Paulo Alcoforado, 2002.

_____. **Lógica e Filosofia da Linguagem.** São Paulo: Edusp, tradução de Paulo Alcoforado, 2009.

_____. **Os Fundamentos da Aritmética:** Uma investigação lógico-matemática sobre o conceito de número. São Paulo: Livraria da Física, tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos, 2021.

LOPES DOS SANTOS, L. H. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, in WITTGENSTEIN, 2001.

_____. **O Olho e o Microscópio.** Rio de Janeiro: Nau, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus.** São Paulo: Edusp, tradução e introdução de Luiz Henrique Lopes dos Santos, 2001.

_____. **Philosophische Untersuchungen / Philosophical Investigations.** Londres: Blackwell, 2009.